

BC crê que não haverá pressão

A decisão do Citibank, o maior credor individual do Brasil, com US\$ 4,7 bilhões, de ampliar em mais de US\$ 3 bilhões as suas provisões para créditos duvidosos e a estimativa do próprio banco de que acumulará, este ano, US\$ 1 bilhão de perdas com seus empréstimos, agitou, na tarde e no início da noite de ontem, a área externa do Banco Central. Mas a ausência de qualquer referência específica ao Brasil na notícia transmitida pela agência internacional "Telérate" trouxe certo alívio às autoridades brasileiras.

A diretoria do Banco Central recebeu o texto do telex da "Telérate" diretamente de Nova Iorque. Não houve qualquer reação oficial à notícia. O Banco Central espera obter hoje maiores detalhes da decisão do Citibank. Pelo telex, a não referência ao Brasil ou a qualquer outro país em desenvolvimento foi interpretada como sinal de que o Citibank não procura lançar mão de um novo instrumento de pressão sobre os devedores.

Por isso, o **CORREIO BRAZILIENSE** ouviu, no Banco Central, apelos para que se evitem acadamentos ou a interpretação de que o Citi agrediu o Brasil. Ninguém tirou o significado da decisão do banco norte-americano. Os próprios cálculos do Banco Central

indicam que as reservas do Citibank para as perdas de operações de créditos subiram de US\$ 1,8 bilhão para US\$ 5 bilhões — se confirmada a notícia da "Telérate" — o que corresponde a quase um terço das aplicações do banco em países em desenvolvimento.

No primeiro trimestre, o Citibank contabilizou prejuízo de apenas US\$ 53 milhões com a moratória parcial da dívida brasileira, decretada a 20 de fevereiro último. Agora, o Citi anunciou, de acordo com a "Telérate", estimativa de prejuízos globais de US\$ 1 bilhão, até o final do ano. Uma das interpretações do Banco Central é de que o Citi decidiu reavaliar os seus ativos e ajustar os preços de seus títulos em carteira à realidade do mercado.

Caso essa interpretação corresponda à realidade, mesmo parcialmente, o Banco Central até elogia a iniciativa do maior banco credor do país de trabalhar com fatos reais, criados pela impossibilidade do Brasil de manter em dia os seus compromissos externos. Segundo o **CORREIO BRAZILIENSE** apurou no Banco Central, outro aspecto importante foi o "chairman" do Citi, John Reed, ressaltar, conforme o telex chegado a Brasília, que ninguém solicitou ao Banco aumentar as provi-

sões e antecipar projeções de perdas.

Quase um terço dos créditos junto aos países em desenvolvimento e 3,7 por cento do total da carteira de empréstimos do Citi passam a ter provisões para evitar perdas. Na visão otimista do Banco Central, isso pode ajudar a renegociação menos apressada da dívida brasileira para se obter um acordo duradouro.

Ainda conforme o **CORREIO BRAZILIENSE** apurou, no Banco Central, o telex não deixa transparecer qualquer intenção do Citi de endurecer, após lançar os créditos brasileiros como "non-performing" (prejuízos). Também não se prevê a declaração do "default" do Brasil, com o lançamento dos créditos como perdidos por parte de um elenco de bancos.

Na interpretação colhida no Banco Central, os bancos credores com elevada posição de ativos brasileiros não aceitarão a declaração de "default", uma vez que não teriam como absorver, em seus balanços, o total de empréstimos vencidos e a vencer. Por isso, de acordo com essa versão, os próprios bancos jamais falam em declarar "default", sob pena de acabarem como os maiores prejudicados e, por cerço aspecto, até beneficiar os devedores.